

ESPECIAL ELEIÇÕES 2002

Candidatos ao Senado: 16 opiniões diferentes sobre a universidade, educação e pesquisa

O Informativo Adusp Especial – Eleições 2002 traz a opinião de 16 candidatos ao Senado sobre duas questões relacionadas à universidade e educação no Brasil, além de uma terceira pergunta referente à Lei de Inovação Tecnológica. Eliseu Gabriel, Williams Rafael, Orestes Quércia, Floriano Leandrini, Mauro Puerro, Renato Bento Luiz (Renatão), Carlos Darde, Wlamisa Feltrin, Firmino Alves Rosa, Ademair de Barros, José Raul Brasiliense, Lucas Albano, Rubens Calvo, José Aníbal, Paulo Corrêa e Wagner Gomes responderam por e-mail às três questões, conforme solicitado anteriormente a todos os candidatos.

Cunha Bueno, Aloizio Mercadante, Thereza Ruiz, Marin, Romeu Tuma, José Costa, Paulo Fortunato, Mohamad Mourad e Penna não responderam às questões.

A candidatura de Benícia Damiano não havia sido homologada pelo TRE-SP até o fechamento desta edição.



As perguntas

1 Nos anos 60 no Brasil, as instituições públicas de ensino superior respondiam por cerca de 60% das vagas. Hoje esse percentual caiu para aproximadamente 35%. No estado de São Paulo essa relação é ainda mais perversa: cerca de apenas 10% das vagas no ensino superior estão em instituições públicas, essencialmente nas Fatecs, Unesp, Unicamp e USP, sendo a participação federal francamente minoritária ao contrário do que ocorre em outros estados. Pergunta:

a) O Senhor defende a posição de que o ensino em todos os níveis deve ser entendido como direito do cidadão e obrigação do Estado? Qual seu entendimento sobre a necessidade em se destinar o mínimo de 1% do PIB para o ensino de graduação, conforme previsto no Plano Nacional de Educação (PNE), Proposta da Sociedade Brasileira?

b) O Senhor pretende atuar no sentido de ampliar a participação das instituições federais de ensino superior no Estado? Se sim, como? Se não, por quê?

2 Entre as competências dos senadores encontra-se a função de autorizar empréstimos e fixar os limites de endividamento da União, Estados e Municípios. No seu entendimento essas prerrogativas poderiam ser utilizadas para ampliar os recursos públicos para o ensino superior em São Paulo? Se sim, como? Se não, por quê?

3 Entre as ameaças que pairam sobre a autonomia das instituições públicas de ensino superior encontra-se o projeto de Lei de Inovação Tecnológica, em tramitação no Congresso Nacional, que pretende colocar as universidades públicas diretamente a serviço das demandas do mercado e, no nosso entendimento, desobrigar o estado do financiamento da educação superior. Qual sua visão em relação a essa projeto de Lei e à sua aprovação ou não?

ELISEU GABRIEL (PDT) – 123 COLIGAÇÃO “FRENTE TRABALHISTA” (PTB/PDT/PPS)

“Lutar por cursos novos na UFSCar e na Unifesp”

1 a) O ensino público não deve ser apenas tratado como obrigação do Estado, e sim, como a principal prioridade de um governo que busca o desenvolvimento através do combate às injustiças sociais. Eu proponho para São Paulo os Cieps (Centros Integrados de Escolas Públicas), que buscam fornecer uma educação integral e de qualidade a todos os cidadãos.

A política do governo estadual e federal, subordinada

ao capital especulativo, aos interesses dos grandes bancos e das grandes corporações multinacionais, está sucateando o ensino público superior e causando o grave empresariamento das pesquisas. Sou absolutamente favorável à proposta do PNE.

b) Pretendo lutar pela implementação de diversos cursos novos na UFSCar e na Unifesp. A participação do governo federal no ensino público superior paulista é

absolutamente insuficiente e desigual com o resto do país, de modo que é necessária uma forte pressão no Senado, no Congresso, e uma mobilização da opinião pública para ampliarmos essa presença.

2 São Paulo sempre foi a locomotiva da economia brasileira. Portanto, para o bem do Brasil, tem de continuar forte. Além de agir fortemente na renegociação de nossa dívida com a União, lutarei para aumentar sig-

nificativamente o repasse de recursos federais para o nosso estado, que envia 40% dos impostos de toda União e recebe pouquíssimo.

3 Sou absolutamente contra o empresariamento das pesquisas nas universidades públicas. O ensino e as pesquisas científicas devem ser isentas do controle privado, do chamado mercado. Lutarei para que essas pesquisas sejam ampliadas e direcionadas aos interesses públicos.

WILLIANS RAFAEL (PTB) – 147 COLIGAÇÃO “FRENTE TRABALHISTA” (PTB/PDT/PPS)

“Sou favorável a no mínimo 1% do PIB” para a graduação

1 a) Acredito que só pela via da Educação será possível projetar o Brasil para o lugar que ele reclama e merece no concerto das nações desenvolvidas e capazes de, pela ferramenta da Educação e só por ela, construir uma sociedade justa e digna desta qualificação. Certamente, que o ensino superior merece total

apoio e atenção do governo e dos parlamentares para que todos os jovens tenham igual oportunidade e realizem o sonho de cursar uma faculdade. Sem sombra de dúvida, sou favorável que no mínimo 1% do PIB seja destinado ao ensino de graduação sim.

b) Obviamente, que no Senado Federal vamos lutar e fazer tudo o que estiver ao nos-

so alcance para a ampliação do número das instituições federais de ensino superior em São Paulo, seja apresentando projetos, solicitando mais verbas e buscando parcerias com o setor privado.

2 Creio que dentro da lei e, sobretudo, com vontade política será possível a ampliação dos recursos públicos para o ensino supe-

rior. Pelo menos eu serei um dos defensores no Senado.

3 Penso que o Projeto de Lei de Inovação Tecnológica, que tramita no Congresso Nacional, ainda esteja em fase de apreciação e por meio de emendas seu teor possa ser alterado, para que não prejudique ainda mais o ensino superior no país.

ORESTES QUÉRCIA (PMDB) – 151

“É urgente ampliar as vagas” nas universidades públicas

1 a) O ensino público e gratuito é uma tradição da sociedade brasileira. Quando fui governador, levei adiante essas tradições e não só concedi autonomia administrativa às universidades como reservei 8,4% do ICMS à USP, Unesp e Unicamp. O programa do PMDB em São Paulo apóia o aumento automático dos recursos para a Educação, vinculados a percentuais do orçamento.

b) São Paulo foi o pri-

meiro estado a estabelecer a autonomia das universidades. A autonomia pode não ter resolvido todos os problemas das universidades estaduais, mas professores, funcionários e alunos reconhecem que, com ela, melhoraram as condições de ensino e pesquisa na USP, Unesp e Unicamp. De volta ao Senado, lutaremos para que a escola pública tenha condições de preparar o aluno para ingressar na universidade

pública. É urgente ampliar as vagas, pois todos devem ter o direito de ingressar na faculdade mantida com o dinheiro do povo.

2 A dívida do estado, que era de R\$ 18,1 bilhões ao final do meu governo, em março de 1991, está hoje em R\$ 93 bilhões. Deve ser renegociada para que o estado deixe de pagar R\$ 3,7 bilhões por ano ao Banco Central e, enfim, sobre recursos para setores como

a Saúde, a Segurança e a Educação.

3 As universidades devem ser vistas como centros de produção do saber. À empresa cabe fazer a inovação tecnológica, porque é ela que entende de mercado, possui a cultura de analisar demandas e está apta a aproveitar as oportunidades. Cabe ao Poder Público financiar a inovação científica e tecnológica, com liberdade de pesquisa e retorno à sociedade.

FLORIANO LEANDRINI (PMDB) – 152**“É preciso reativar o ensino público e gratuito”**

1 a) O ensino público e gratuito é uma tradição da sociedade brasileira, esquecido nos últimos governos e precisa ser reativado.

b) Lutaremos para que a escola pública tenha condições de preparar o aluno pa-

ra ingressar na universidade, aumentando-se o número de vagas.

2 A dívida do Estado aumentou de R\$ 18 bilhões em março de 1991, para R\$ 93 bilhões nos dias de hoje. Deve ser reneço-

ciada para que o estado deixe de pagar R\$ 3,7 Bilhões por ano ao Banco Central e enfim haja recursos para setores como Educação e Saúde.

3 As universidades devem ser vistas como centros de produção do saber,

e daí devem nascer soluções práticas para o combate de tudo aquilo que prejudica por exemplo o desenvolvimento da agricultura. O poder público precisa agir com tecnologia apropriada para cada caso específico.

MAURO PUERRO (PSTU) – 161**“Desafios que somente nossa luta tornará realidade”**

1 a) A primeira atitude para investir na Educação e em todos os setores penalizados pelos oito anos de governo FHC/Covas/Alekmin é não pagar a dívida estadual e sobre-taxar os capitalistas e os especuladores. Daí deve vir a verba, inclusive, para contemplar os 12% de repasse – exigência histórica dos profissionais das três universidades públicas estaduais.

Ampliar as vagas em todas as instâncias do ensino, aumentar salários, contratar professores e funcionários, possibilitar o acesso destes à própria universidade são desafios que somente a nossa luta fará tornarem-se realidade.

2 Sim. Nós do PSTU não temos limites quanto ao investimento para combater as carências dos trabalhadores. E exigiremos a investigação sobre o desti-

no dos R\$ 32 bilhões arrecadados com as privatizações do Banespa, da Eletropaulo, da CPFL, da CESP, da FEPA-SA. Defendemos a reestatização sem indenização.

3 O governo de FHC já tinha dado sinais de obscurantismo com a nova LDB, que eliminou disciplinas não compatíveis com o processo tecnológico a serviço do capitalismo. A Educação deve ser pú-

blica, gratuita (sem qualquer cobrança ou manobra que faça com que os estudantes paguem por cursos de extensão ou similares) e deve estar a serviço da pesquisa verdadeira, superadora e não a serviço dos interesses da iniciativa privada, que se utiliza dos laboratórios e dos pesquisadores para inovar suas mercadorias, cuja classe trabalhadora jamais terá acesso.

RENATO BENTO LUIZ – RENATÃO (PSTU) – 162**“É preciso devolver aos trabalhadores seus direitos”**

1 a) Os trabalhadores foram empurrados pelos ricos para a ignorância e para o embrutecimento; afastados das escolas, da infância porque precisam trabalhar. É preciso devolver aos trabalhadores seus direitos, inclusive o de estudar. A situação piorou muito nestes oito anos de FHC/Covas/Alekmin e nossa única alternativa é não pagar a dívida estadual e sobre-taxar os capitalistas e os especuladores para investir

em Educação e outros setores. Desta forma conseguiremos repassar os 12% para as universidades estaduais e até mesmo aumentar o índice.

Defendemos a ampliação das vagas em todas as instâncias do ensino, o aumento de salários e a contratação de professores e funcionários, possibilitando o acesso destes à própria universidade; o que somente será possível com Educação pública e gratui-

ta e muita luta.

2 Sim, defendemos o investimento em todos os níveis e instâncias da Educação; e exigiremos também a investigação sobre o destino dos R\$ 32 bilhões arrecadados com as privatizações do Banespa, da Eletropaulo, da CPFL, da CESP, da FEPASA. Defendemos a reestatização sem indenização.

3 Para os trabalhadores, os governos burgueses – como o de Fernando

Henrique – querem deixar somente um ensino técnico, quando muito, para que sejamos eterna mão-de-obra do capital. A Educação deve estar a serviço da pesquisa verdadeira, que solucione os problemas dos trabalhadores elevando nossa condição de vida; não pode ficar a reboque dos interesses dos ricos que utilizam laboratórios e pesquisadores para inovar produtos que só a burguesia consumirá.

Visite nosso site (<http://www.adusp.org.br>) e leia a Revista Adusp 27, que traz entrevistas com os candidatos ao governo de São Paulo e à Presidência da República

CARLOS DARDE (PRTB) – 281

“Há muito o que fazer pelo ensino superior no estado”

1 a) A Constituição de 1988 garante ao cidadão o direito ao ensino, bem como delega esta incumbência ao Estado. Esta obrigação legal deve ser cumprida na sua totalidade.

Com relação à destinação das verbas para a graduação, defendemos que o percentual de 1% do PIB mereça revisão para, pelo menos, 1,5%, com 60% dele destinados à área de pesquisa.

b) Há muito o que fazer

pelo ensino superior no estado, principalmente no tocante aos investimentos e criação de universidades. Embora o ônus seja do estado, há a possibilidade de contar com a iniciativa privada junto ao setor de pesquisas, sob as vistas e direção sempre daquele. Tudo sem comprometer a excelência na qualidade de ensino.

2 Essas prerrogativas podem e devem ser utilizadas para ampliar os recursos públicos para o

ensino superior em nosso estado. Mas estas duas questões esbarram no que defendemos sobremaneira: uma reforma tributária profunda, que diminua realmente a carga tributária sobre empresas, produtos e serviços. A redução efetiva dos preços proporcionará, em médio prazo, aumento da receita de todos os entes da União e, posteriormente, maior possibilidade de investimentos do governo federal nos setores

de sua competência.

3 Por serem as demandas de mercado extremamente variáveis e sazonais, entendo, e espero, como eleitor que também sou, a não aprovação de referido projeto pelo Senado. Eventual lei neste sentido, nestes termos, inviabilizará a utilização, pelas universidades, de todo o seu potencial de pesquisa, canalizando-o a apenas alguns segmentos, com frutos de durabilidade exígua e altíssimos custos.

WLAMISA FELTRIM (PCO) – 291

“Fim do vestibular e o livre ingresso na universidade”

1 a) O PCO sempre defendeu o monopólio estatal da Educação, por entender que este é o único meio de garantir que a população trabalhadora, em particular a de baixa renda, tenha acesso real ao ensino. Este processo deve ser financiado pela utilização integral dos recursos públicos para os serviços públicos, pondo fim à distribuição de dinheiro aos bancos e grandes empresas através da política de

subsídios e isenções. O ingresso nacional depende de dar à Educação e à pesquisa o seu devido peso.

b) O programa do PCO defende o fim do vestibular e o livre ingresso na universidade, mecanismos que servem apenas para impedir o acesso da maioria da juventude ao ensino superior. A imensa capacidade ociosa da maioria das universidades federais, bem como a sua expansão em São Paulo

e em todo o país, poderia ser o imediato ponto de partida para a implantação de um sistema de acesso amplo à educação pública de terceiro grau.

2 Sim. Qualquer parlamentar eleito pelo PCO faria uma campanha no sentido de mobilizar a população para que sejam aprovadas medidas favoráveis à expansão do ensino público. No caso da Educação, a luta seria pelo aumento das

verbas e fim da concessão de recursos públicos para a rede privada de ensino.

3 Como já dissemos nas questões anteriores, somos favoráveis à manutenção integral do sistema educacional pelo Estado. Por outro lado, as universidades públicas devem priorizar as necessidades do conjunto da população, no que diz respeito ao tripé ensino/pesquisa/extensão, e não os interesses de grupos privados.

FIRMINO ALVES ROSA (PCO) – 292

“Defendemos a completa estatização da educação no país”

1 a) Para o PCO, todos os cidadãos têm direito a ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis. O partido defende a completa estatização da educação no país, pois ensino não deve existir para gerar lucros aos capitalistas. Em relação à destinação de 1% do PIB à Educação, o PCO seria favorável, desde que este índice seja suficiente para garantir o acesso universal da

população ao ensino.

b) A parca presença do sistema federal de ensino superior em São Paulo é uma expressão da fragilidade da educação superior pública no país. O PCO é favorável à ampliação deste sistema, como forma de concretizar uma de suas principais propostas para a juventude: fim do vestibular e livre acesso à universidade. O PCO entende que o

vestibular é um mecanismo que tem por função excluir a maioria pobre do povo à educação pública superior.

2 Em qualquer cargo legislativo que venha a ocupar, a luta do PCO será pelo aumento das verbas para o ensino público, assim como para o conjunto de serviços prestados à população. Outra questão central é defender o fim dos subsídios aos capitalistas com recursos

públicos, política que norteou os oito anos de governo FHC.

3 O PCO é contrário à política de atrelar as universidades públicas aos interesses do mercado, que nem sempre coincidem com os da maioria da população. A prioridade do ensino, da pesquisa e da extensão deve ser a melhoria das condições de vida dos brasileiros e o desenvolvimento da nação.

ADEMAR DE BARROS (PGT) – 301 COLIGAÇÃO “SÃO PAULO NAS MÃOS DE DEUS” (PGT/PHS/PST)

“O Estado deve financiar o ensino público”

1 a) Sim. Sou contra o 1% do PIB e sim no mínimo 5% do PIB.

b) Sim, com implantações de faculdades federais em todos os estados brasileiros tendo como critério atender

proporcionalmente a população do estado.

2 Sim, destinando um percentual de cada empréstimo que a União, estados e municípios solicitarem para o senador teria

que ser aplicado em universidade pública.

3 Sou contra a aprovação dessa lei, pois o Estado deve financiar o ensino público, criar mais vagas nas

localidades que necessitam das mesmas e fazer uma reestruturação nas universidades em que alunos que não completam o curso no período estabelecido pela universidade.

JOSÉ RAUL BRASILIENSE (PHS) – 312 COLIGAÇÃO “SÃO PAULO NAS MÃOS DE DEUS” (PGT/PHS/PST)

Municípios devem “cobrar preferencialmente tributos seus”

1 a) Sim. Faz sentido.
b) Sim. Por todas as razões de minhas atividades parlamentares.

2 Devemos voltar ao direito que os municípios tiveram, antes de 88: cobrar tributos prefe-

rencialmente seus e não do estado ou da União. O princípio que defendemos é o da subsidiariedade.

3 Inaceitável.

LUCAS ALBANO (PMN) – 333

Universidades e Brasil “devem ser livres e soberanos”

1 a) Defender uma educação pública e de qualidade, buscando ampliar os investimentos governamentais, já em 2003 (revisão orçamentária), nas universidades públicas, vez que a produção tecnológica e científica nacionais constituem-se em salvaguarda da nossa soberania. Reservar às nossas universidades a posição de locomotiva da sociedade e não a de mais um vagão velho e enferrujado.

b) Mobilizar a nação para que exija do poder público o direcionamento do ensino aos interesses nacionais sociais e coletivos, minimizando os desperdícios (há dados de que, a cada R\$ 10,00 arrecadados no país, R\$7,00 são desperdiçados), bloqueando-se a corrupção e libertando nossas universidades da dependência do capital privado. Abrir espaços onde as universidades possam cobrar e prestar contas ao governo, elevan-

do as relações atuais a um patamar de alta responsabilidade na gestão da coisa pública.

Pretendemos, com as universidades, as entidades representativas dos professores, pesquisadores, alunos, funcionários e outras instituições de ensino e pesquisa, traçar um plano de recuperação, fortalecimento e modernização do ensino superior brasileiro. Observando os investimentos atualmente previstos,

acreditamos que 1% do PIB (R\$ 12,97 bilhões) para um PIB previsto em 2002 de R\$1,297 trilhões, pode não ser suficiente às necessidades, face o pífio interesse do governo em desenvolver o país com independência do capital privado e de interesses internacionais.

Somos do Partido da Mobilização Nacional, a Legenda da Soberania, logo, as nossas universidades devem ser como o Brasil que sonhamos: livre e soberano.

RUBENS CALVO (PSB) – 401

“Parcerias com as prefeituras para instalar novos campi”

1 a) Sim, conforme a Constituição, a Educação é função precípua do Estado e um direito inalienável do cidadão. Propostas de implementação de recursos servem para alavancar o ensino de graduação e de todos os níveis, além de garantir o exercício pleno da cidadania. Parte desse recurso poderia ser aplicado para modernizar os laboratórios

nas universidades, faculdades e escolas técnicas federais e estaduais, e possibilitar um maior investimento em C&T, que poderá ser mantido por convênios com a iniciativa privada. Outra parte deverá ser utilizada para remunerar codignamente os docentes das instituições. Sempre resguardadas a Legislação tributária e a LRF.

b) Sim. Buscando parcerias

com as prefeituras para instalar novos campi em vários municípios, de acordo com as especificidades dos mesmos e sem a necessidade de grandes deslocamentos dos jovens.

2 Respeitando a LRF, incentivaremos e autorizaremos alguns municípios paulistas a buscarem junto a instituições internacionais recursos para implementarem políticas públicas no ensino de

graduação e especialização.

3 Desconheço a existência do projeto. Porém, não julgo ser correto que empresas privadas ou públicas utilizem as instituições públicas de ensino superior como extensão de suas linhas de produção. No entanto, a parceria entre essas instituições e a iniciativa privada é salutar para o aluno,

colocando, ainda, o país na ponta de desenvolvimento tecnológico. Proponho a

criação de um conselho de regulamentação e fiscalização dessas parcerias,

subordinado ao gabinete do MEC, com membros da sociedade, órgãos go-

vernamentais e não-governamentais, e comunidade acadêmica.

JOSÉ ANIBAL (PSDB) – 561 COLIGAÇÃO “SÃO PAULO EM BOAS MÃOS” (PSDB/PFL/SPD)

“Trabalhar pela gestão eficiente dos recursos”

1 a) O ensino é direito do cidadão e dever do Estado. E, claro, existe espaço para o ensino particular. Quanto a porcentagens, prefiro evitar o “engessamento” de orçamentos. O importante é trabalhar pela gestão eficiente dos recursos e buscar formas de aumentá-los.

b) É um de meus compromissos. A Unifesp é a menor do país. Trata-se de uma situação extremamente injusta, já que nosso estado é o maior

contribuinte de impostos federais. No Senado, vou atuar para ampliar a Unifesp.

2 Discordo de que a questão do ensino superior no Brasil se resolva unicamente com novos recursos. São Paulo faz um enorme esforço para destinar quase 10% do ICMS para as suas estaduais. Antes de pensarmos em aumentar mais esta carga sobre a sociedade, devemos analisar a gestão destes recursos. Procuraremos aumentá-los,

mas de forma sustentada e em acordo com toda a sociedade.

3 Sou favorável à parceria entre universidade e setor produtivo para gerar inovação tecnológica. Nenhum país desenvolvido prescindiu desta associação, que permite aumentar a competitividade, gerar empregos e renda e combater a desigualdade social, além de gerar recursos para a universidade. Sou frontalmente contrário aos que defendem a univer-

sidade como uma instituição impenetrável, onde alguns detêm o conhecimento para uso próprio e em detrimento da sociedade. A sociedade é que sustenta a universidade. O Projeto Genoma é um exemplo de inovação advinda de parcerias. O que não significa ser contra a pesquisa pura e o financiamento público do ensino superior. Parcerias são importantes linhas da universidade a ser estimuladas, mas não são objetivo final.

PAULO CORRÊA (PRONA) – 561

Lei “seria entrega definitiva da educação a alienígenas”

1 a) Tanto a Constituição atual quanto a de 1967 são omissas no que tange às diretrizes do ensino superior. Todavia, os governantes anteriores à década de 60 e até a Carta de 1988 eram mais responsáveis e tinham vontade política direcionada ao ensino superior. Daí o percentual mais alto citado. Infelizmente, hoje tudo está na mão do mercado globalizado.

O ensino deve ser entendido não só como um direito

do cidadão e obrigação do Estado. O ensino é o caminho estratégico a ser utilizado pelo Estado para alicerçar as estruturas de um país em desenvolvimento como é o nosso. Sem essa visão, estamos condenando nossos descendentes ao caos.

No que tange à destinação de 1% do PIB para a graduação, há que se modificar a Constituição, que não prevê tal hipótese.

b) Apesar de entender que qualquer ampliação de

instituições educacionais é sempre benéfica, não vejo necessidade de trazer para São Paulo universidades federais. O maior estado da Federação tem capacidade de se manter com seus próprios recursos, desde que bem direcionados.

2 Sim. Apesar de sermos o estado mais desenvolvido da nação, temos muito que crescer. O Brasil está por se fazer. Numa visão de longo prazo, verificamos que a população cresce de for-

ma geométrica – e os recursos vão diminuindo. Os recursos devem ser aplicados prioritariamente onde há maior demanda. Ingressaremos com projeto de lei nesse sentido.

3 A ameaça de que trata a questão é grave e a comunidade universitária deve unir-se à população e à sociedade civil organizada deste país e impedir a aprovação dessa lei. Sua aprovação seria a entrega definitiva da educação nas mãos de alienígenas.

WAGNER GOMES (PC DO B) – 651 COLIGAÇÃO “SÃO PAULO QUER MUDANÇA” (PT/PCB/PC DO B)

“É preciso apostar na mobilização popular”

1 Apoiamos e fazemos nossa a proposta do PNE da Sociedade. Ao mesmo tempo, defendemos a ampliação das vagas e o incremento da pesquisa nas públicas tendo como eixo a noção de sistema estadual de ensino superior, que articule as três estaduais e as federais situadas aqui. Com uma visão mais sistêmica, respeitada a autonomia das instituições, podemos debater democraticamente, e no inte-

resse da ciência e tecnologia nacionais, o papel das federais.

2 O papel de um senador oriundo do movimento popular é garantir que recursos, venham de impostos ou de créditos obtidos, sejam empregados prioritariamente no setor público. Contudo, a garantia de que isso ocorra não está em um Senado cuja correlação de forças é desfavorável às forças democráticas. É preciso apostar na mobilização

popular. É fundamental que a comunidade universitária se organize e pressione. Como comunista, não alimento ilusões: para mim, só o povo unido é capaz de garantir as mudanças, mesmo as pontuais.

3 A Lei de Inovação Tecnológica é tecnocrática, de inspiração neoliberal, e apartada do conceito contemporâneo e necessário de universidade pública. Ela, na verdade, veio para legi-

timar a privatização do conhecimento produzido com esforço e estrutura públicos. A solução para a universidade é combinar autonomia com democracia, garantindo participação das comunidades interna e externa. Por outro lado, só um novo rumo de independência nacional para o Brasil pode garantir os recursos para que a universidade cumpra seu papel estratégico para o país.